

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Administração do Exmo. Sr. Dr. Robinson Mesquita de Faria - Governador

ANO 85 • NÚMERO: 14.140 NATAL, 28 DE MARÇO DE 2018 • QUARTA - FEIRA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA

Comunicado

O Departamento Estadual de Imprensa comunica que, em virtude do ponto facultativo e feriado da Semana Santa, o **Diário Oficial** não circulará nos dias 30 e 31 de março, retomando suas atividades normais na Segunda-Feira (02 de abril).

Natal, 27 de março de 2018.

a) A editoria

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 22.813, DE 27 DE MARÇO DE 2018.

Institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM-RN).

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, V, VII, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM-RN).

Art. 2º O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM-RN) tem por objetivo, em conformidade com o Decreto Federal nº 7.211, de 1º de outubro de '01, a proteção da integridade física e psicológica, acompanhamento psicossocial e jurídico, bem como a reinserção social em seu seguro de crianças e adolescentes ameaçados de morte, ou em risco de serem vitimas de homicídio, e de seus familiares, podendo receber casas de permanência ou unidades de atendimento, e a prática de ações de prevenção de violências da Lei Federal nº 8.909, de 13 de julho de 1994, e demais disposições legais correlatas.

§ 1º A proteção prevista no caput é aplicável ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto ou egresso do sistema socioeducativo.

§ 2º O Programa poderá ser estendido aos pais ou responsáveis, no caso de compreensão, ascendentes, descendentes, dependentes, colaterais e/ou que tenham, comprovadamente, convivência habitual com o ameaçado, a fim de protegê-los a título de família.

Art. 3º Poderão solicitar a inclusão no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM-RN):

- I - Conselho Tutelar;
- II - Ministério Público;
- III - Poder Judiciário;

Parágrafo único. Tópicas as solicitações para a inclusão no Programa devem ser acompanhadas de declaração do ameaçado e da ameaça, e comunicadas ao Conselho Gestor.

Art. 4º A inclusão no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM-RN) e da competência da equipe técnica da entidade executora do Programa e dependente da voluntariedade do ameaçado e da intenção do seu representante legal, poderão suscetíveis ao imobilizável de sua inclusão ser suprida pela autoridade judicial competente.

www.diariooficial.rn.gov.br - Editoria: (084) 3232 - 6795 - Publicação - (084) 3232 - 6785 - Assinatura - (084) 3232 - 6786

§ 1º Levando a incompatibilidade de interesses entre o ameaçado e seu pais ou responsável legal, a inclusão no Programa será definida pela autoridade judicial competente.

§ 2º O ingresso no Programa do ameaçado deve ser mantido de seus pais ou responsáveis legais. Aquele mediante autorização judicial expedida de ofício ou a requerimento dos órgãos e autoridades indicados no art. 4º deste Decreto, que designam os responsáveis pela guarda provisória.

§ 3º Na hipótese de prazo contrário à inclusão, os responsáveis visuais ao exercício do Programa deverão orientar a criança ou adolescente e seus responsáveis sobre os cuidados a serem observados com relação às circunstâncias que ensejam o pedido, promovendo os encaminhamentos cabíveis para outros órgãos, programas e serviços da rede de atendimento oficial ou comunitária.

Art. 5º A inclusão no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM-RN) considera:

- I - a urgência e a gravidade da ameaça;
- II - a situação de vulnerabilidade do ameaçado;
- III - o interesse do ameaçado;
- IV - a preservação e o fortalecimento do vínculo familiar;
- V - outras formas de intervenção mais adequadas.

Parágrafo único. O ingresso no Programa não poderá ser condicionado à colaboração em processo judicial ou inquérito policial.

Art. 6º Após o ingresso no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM-RN), os protegidos e seus familiares ficam obrigados a cumprir as regras nele prescritas, sob pena de desligamento.

Art. 7º A proteção oferecida pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM-RN) terá duração máxima de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada, em circunstâncias excepcionais, se perdurarem os motivos que autorizaram seu deferimento.

Parágrafo único. As ações e providências relacionadas ao Programa deverão ser mantidas em sigilo pelos protegidos, sob pena de desligamento.

Art. 8º A exclusão do protegido do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM-RN) poderá ocorrer a qualquer tempo:

- I - por solicitação do protegido;
- II - por decisão do Conselho Gestor, em consequência de:
 - a) cessação dos motivos que ensejaram a proteção;
 - b) consolidação da inserção social segura do protegido; ou
 - c) descumprimento de regras de proteção; ou
- III - por ordem judicial.

Parágrafo único. O desligamento do protegido deverá ser comunicado às instituições responsáveis pelo ingresso do protegido no Programa.

Art. 9º O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM-RN) será coordenado pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU/C), por intermédio da Coordenação de Direitos Humanos e Defesa dos Nômades (CDDN).

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e parcerias com a União, Estados ou Municípios, bem como com entidades não-governamentais que objetivem a consecução das finalidades previstas neste Decreto.

Art. 10. Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU/C), o Conselho Gestor Estadual de Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, órgão colegiado, de caráter deliberativo, consultivo, orientador e fiscalizador, com a finalidade de elaborar diretrizes para a implementação do Programa, acompanhar e avaliar a sua execução e decidir sobre providências necessárias ao seu cumprimento, composto pela representação dos seguintes órgãos públicos e entidades não-governamentais:

I - 1 (um) representante da Secretaria da Justiça e da Cidadania;

II - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social;

III - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde Pública;

IV - 1 (um) representante do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente;

V - 1 (um) representante da entidade executora do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; e

VI - 2 (duas) representantes de entidades da sociedade civil que atuem no atendimento direto a crianças e adolescentes.

§ 1º As entidades do sociedade civil mencionadas nos representantes titulares e respectivos suplentes para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução e, posteriormente, serão nomeados por lei ou o Governador do Estado do Rio Grande do Norte, juntamente com os indicados pelo órgão público.

§ 2º A escolha dos representantes das entidades da sociedade civil será feita por processo eleitoral específico, conduzido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e acompanhado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispor o regimento interno.

§ 3º O representante da entidade que executora do Programa tem assento, automaticamente, no período em que estiver à frente do convênio, acordo, ajuste ou parceria.

§ 4º O Conselho será presidido pelo representante do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania e o vice-presidente será eleito pelo colegiado.

§ 5º As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente ou, em caráter extraordinário, quando convocadas pelo Presidente ou por maioria simples de seus membros.

§ 6º As reuniões terão participação exclusiva dos membros do Conselho e de convidados, com relação direta aos assuntos abordados.

§ 7º O Ministério Público e o Poder Judiciário, no exercício de suas atribuições constitucionais, poderão participar das reuniões.

§ 8º A participação no Conselho Gestor Estadual será considerada de relevante interesse público e não será remunerada em qualquer hipótese.

Art. 11. Ao Conselho Gestor Estadual do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM-RN) compete:

I - elaborar diretrizes, instrumentos, normas e prioridades do Programa, bem como controlar e fiscalizar as ações de execução;

II - zelar pela aplicação do Programa;

III - colaborar com os órgãos federais, estaduais e municipais e entidades não-governamentais, para tornar efetivas as principais diretrizes e os direitos estabelecidos para o atendimento e proteção dos protegidos;

IV - acompanhar o reordenamento institucional, propondo, sempre que necessário, as modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes, bem como suas fiscalizações.

CEHAB
No Proc.: 0218131/2017-3
Fls.: 210
Mat.: 0218138-3
Ass.:

28 DE MARÇO DE 2018

16 Diário Oficial
RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018
Peço presente termo, fico reconhecido e aprovo a dispensa da licitação urbano especificada.

Processo Administrativo: nº 19379/2018-2.

Objeto de contratação: Envelope Estimativo destinado ao pagamento de consumo de energia elétrica do GÁLPAO 100 BANDERAS, sob a responsabilidade da SAPHI RN. Contratante: Companhia Energética do RN (COSERNA), inscrita no CNPJ: 08.424.196.0001-81.

Enquadramento Legal: art. 24, XXII, da Lei nº 8.666/93 e inciso II, da Lei 8.666/93, Art. 65, § 2º, da Lei nº 4.320/64.

Valor da Contratação: R\$ 2.802,80 (dois mil, oitocentos e dois reais e oitenta centavos).

Documento Orçamentário: 16.101.04.122.0100.213801; Fonte de Recurso: 100.

Natal (RN), 27 de março de 2018.

CRISTIANE FUTURO MENDES

Secretária de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 09/2018

Peço presente termo, fico reconhecida e aprovo que o termo de inexigibilidade abaixo mencionado:

Processo Administrativo: nº 20578/2018-6.

Objeto de contratação: Envelope Estimativo destinado ao pagamento de consumo de água do gálpão do HANDEIRN, sob a responsabilidade da SAPHI RN.

Contratante: Companhia de Águas e Gás do RN (CAGRN), inscrita no CNPJ: 03.454.785.0001-33.

Enquadramento Legal: art. 75, caput, da Lei 8.666/93, Art. 60, § 2º, da Lei nº 4.320/64.

Valor da Contratação: R\$ 505,56 (quinhentos e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Documento Orçamentário: 16.101.04.122.0100.213801; Fonte de Recurso: 100.

Natal (RN), 27 de março de 2018.

JANO FUTURO MENDES

Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

Termo de Convênio nº 007/2018 - SAPHI

Princípio: Convênio entre Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos - SEARH

Segundo: Convenente: Instituto Nataleus de Educação Superior - INAES

Objeto: O presente Convênio tem por objeto proporcionar a estudantes do Instituto Nataleus de Educação Superior - INAES, a realização de estágio curricular não obrigatório junto à convenente.

Subsídio Unico: Unicidadade por estágio curricular, um obrigatório aquele desenvolvido como atividade operacional, acrescido a carga horária regular obrigatória.

Cláusula Segunda - Da Execução: O estagiário deve promover crenças na prática ou linha de formação profissional do estudante.

Subsídio Unico: Em nenhum hipótese poderá ser cobrada qualquer taxa no estágio.

Cláusula Quinta - Da duração do estágio e da jornada de atividades: A duração do estágio observará o limite máximo de 04 (quatro) semestres letivos, limitados a 02 (duas) anos, devendo constar no Termo de Compromisso do Estagiário o período de que é destinado ao estágio.

Subsídio Unico: A forma de utilização será definida de comum acordo entre o Instituto Nataleus de Educação Superior - INAES e a CONVIDANTE, através da Escola de Governo e o Estagiante, não devendo ultrapassar 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Cláusula Sesta - Da Bolsa: Salário: é concedente deverá efetuar mensalmente uma verificação financeira ao estagiário, a título de bolsa, fazendo constar o seu valor no termo de compromisso de estágio, bem como o valor do auxílio transporte.

Cláusula Sete - Do Reverso: Sempre que o estágio tenha a duração igual ou superior a 01 (um) mês, sera assegurado ao estagiário o período de recesso de 30 (trinta) dias, podendo ser gozado diariamente suas ferias escolares e devendo ser remunerado.

Subsídio Unico: Um mês - 03 (três) dias de recesso previstos no "caput" desta Cláusula serão concedidos de forma proporcional, no caso do estágio ter duração inferior a 01 (um) mês.

Enquadramento Legal: O convênio em tela tem como fundamento legal o Art. 116 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, lei federal nº 11.789, de 25 de setembro de 2008.

Assinatura: Subsecretaria de Estado de Recursos Humanos do Rio Grande do Norte - Werber Brígido Meira, Diretora Geral do Instituto Nataleus de Educação

- INAES - Jefi Mara Barbosa de Oliveira e as testemunhas - Franciane

- Teles, CPF: 033.887.684-71; Renata Kanta Lins Bezerra, CPF:

33.994-58;

Natal, 08 de março de 2018.

Companhia de Processamento de Dados do RN - DATANORTE

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 445/2018

OBJETO: Contratação de empresa de transporte aéreo de cargas.

ADRESSE: APROENPERS - EMPRESA AUXILIAR DE TRANSPORTE AÉREO LTDA.

CNPJ: 25.593.771.0001-31.

ENDERECO: Av. Avera Senna, nº 389, sala 32 - Shopping Mandacaru Mall, Capim Macio - CEP: 59180-100 - Natal/RN.

ENQUADRAMENTO LEGAL: Artigo 29, inciso II, da lei nº 15.393 e pela Lei nº 8.666/93.

DOAÇÃO ORÇAMENTARIA: Projeto Atividade: 04.122.0109.2341/0001

Elemento de Despesa: 339049; Fonte: 250.

VALOR GLOBAL: R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).

Natal, 27 de Março de 2018.

RILDON CARGUINHO DE ALBUQUERQUE

Diretor Presidente

Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

Extrato do 1º Juiz de Apostilamento ao Contrato nº 27/2017

Processo nº: 141.305.2017-9 - SETHAS

Contratante: Estado do RN - SETHAS

Objeto: Reforço da Doméstica Orçamentária

Fundamento Legal: Art. 65, § 8º da Lei 8.666/93, analisada pela Lei 9.646, de 27/05/98.

Valor (Aval): R\$ 31.300,00 (trinta e um mil reais e zero reais)

Doméstica Orçamentária: 26.122.000.002-203 (Suplemento Alimentar).

Honorário de Despesa: 339049 (Outros Serviços de Terceiro Pessoas Jurídicas), na Fonte 154 e Zona 001, encontram-se garantidos no GGE 2018.

Ratificação:

Reconheço todas as cláusulas e condições do Contrato ora apostilado, que não contrariam o presente termo.

Natal (RN), 26 de março de 2018.

Francisco Wagner Gutenberg de Araújo - Secretário da SETHAS

Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano - CEHAB

002/PRH - TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Diretor Administrativo Financeiro - CEHAB, no uso de suas atribuições legais, resolve considerar inexistente o Procedimento Licitatório para fazer face às despesas de Pagamento de Taxa de Licença para Lanchonete 2018, no valor de R\$ 263,27 (duzentos e sessenta e três reais e oitenta e duas centavos).

Tudo conforme consta do Processo nº 55972-2018-9, e nos termos do artigo 30, caput, da Lei Federal nº 13.303/2016.

Fonte: 250.

Natal, 27 de Março de 2018.

Romulo Melo Ferreira de Souza

Diretor Administrativo-Financeiro CEHAB

003/2018 - TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Diretor Administrativo Financeiro - CEHAB, no uso de suas atribuições legais,

resolve considerar inexistente o Procedimento Licitatório para fazer face às despesas de Pagamento de Taxa (referentes aos Registros da Atua desta Comunhão para o exercício de 2018, na Junta Comercial do Rio Grande do Norte - JURIN), no valor estimado de R\$ 3.090,00 (trezentos e noventa reais).

Tudo conforme consta do Processo nº 60912-2018-1, e nos termos do artigo 30, caput, da Lei Federal nº 13.303/2016.

Fonte: 250.

Natal, 27 de Março de 2018.

Romulo Melo Ferreira de Souza

Diretor Administrativo-Financeiro CEHAB

004/2018 - TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº: 216.3.2017-9 - CEHAB

Contratante: Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Técnológico do Rio Grande do Norte - FUNICRN

Oggetto: a execução do Pregão de Trabalho Social no seio da comunidade do Comitê Residencial Praia Mir, localizada na Avenida Capitão Mário Gonçalves, no Bairro de Felisberto, em Natal/RN, no sentido de elaborar um planejamento e transformação do bairro em família beneficiadas, consolidando sua permanência na Unidade Habitacional recebida e através do Programa de Acolhimento do Crescimento - PAC, Programa de Intervenção em Favelas - Urbanização de Aglomerados Precários, possibilitando condições dignas de vida para a população, nos exatos termos contidos nas especificações previstas nos ANEXOS I e II - Pregão de Trabalho e Anexo II - Termo de referência, que passam a constituir parte integrante e complementar deste Instrumento.

O Valor Global desse Convênio é de R\$ 320.000,00 (trezentos e -inteiro mil reais), constante no Ofício 2018.

Doméstica Orçamentária: 26.205.16.244.0024.13030 - (Construção de Moradias), no elemento de despesa nº 33.32.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoal Jurídico), no Fone 281.

Vigência: Todas as atividades objeto deste Convênio e constantes em Termo de Referência, parte integrante do mesmo, deverão ser concluídas em um prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste Convênio.

Data Assinatura: Sétima, 20 de março de 2018.

JOÃO RONALDO DA NORBREGA FILHO - Diretor Presidente - FUNICRN

JOSE DOS SANTOS - Superintendente de FUNICRN

Fundação Estadual da Criança e do Adolescente - FUNDAC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº: 066229/2017-4 - FUNDAC

Assunto: Processo Dispensa Licitatória, para contratação de Empresa para a realização de serviços de Reparos nos alojamentos da Unidade de Atendimento Socioeducativo - CEDUR/Plimbit (Memorando nº 102/2017).

INTERESSADO (Ar-1/FUNDAC) - Processo nº 0109149-7/2014.8.20.6001-2 Vara

da Infância e da Juventude da Comarca de Natal/RN.

ATÓRIZO a contratação da Empresa ENGEVAC ENGENHARIA LTDA, CNPJ

nº 27.460.741/0001-50, no valor de R\$ 13.791,00 (treze mil, setecentos e vinte e um reais e zero centavos), para a contratação de Empresa para a realização dos serviços de Retorno e Recuperação e novas portas dos Alojamentos do CEDUR/Plimbit, para atender as necessidades da Cela Fundação, nos termos do presente processo, para execução nos termos contratados, em conformidade com os menores preços apurados no pregão de mercado e em vista da justificativa da escassez dos fornecedores comunitários apresentados, através de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sendo como base legal o artigo 34, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Elemento de Despesa: 339049; Fonte: 250.

VALOR GLOBAL: R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais e zero centavos).

Natal, 27 de Março de 2018.

ARISTON NATALIA DA SILVA BALBINO

Diretora Administrativa e Financeira

P/ delegação - Portaria nº 174-2017-GP

Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte-EMATER

ENTRADO DO 6º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 011/2014

PROCESO: 4517-2014-8

INTITULADO: SULMINE VIAGENS E TURISMO

CNPJ: 00.878.239/0001-53

OBJETO: Alferedo da CLÁUSULA GITAIVA - DA DESPESA (Dotação), considerando a implantação do novo sistema financeiro contábil do Estado do Rio Grande do Norte (SIGFIN).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Ano 2018 - Função Programática: 20.120.100/246 - Subação: 21869/001; Valor: R\$ 30.000,00; Fonte de Recursos: 250

Recursos Direcionados Arrecadados - Função Programática: 20.120.000/121841;

Subação: 084-01 Valor: R\$ 1.250,00; Fonte de Recursos: 281011082 Recursos de Capital (CR nº 795119/2013 - MAPA CAIXA) - Função Programática: 20.120.018/18141; Recursos da Caixa (CR nº 047-114 - MDA/Banco do Brasil) - Função Programática: 20.060/00/21711 Subação: 173101; Valor: R\$ 8.000,00;

MAPA CAIXA-01 Elementos de Despesa: 3390133-0

VAI OU TOTAL CONTRATO: R\$ 75,00

ASSINATURA DO ATO: 26/03/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 55 e 57 § 4º da Lei 8.666/93.

Data: 27 de março de 2018.

Cátia Azuléia Lopez Muniz Diretora Geral - EMATER/RN

Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária

Agropecuária do RN - IDIARN

Extenso do 1º Termo Aditivo

Contrato nº 004/2017-IDIARN

Contratante: INSTITUTO DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IDIARN - CNPJ: 07.952.991/00.001-51

Contratado: HGL TERCERIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - MP - CEP: 08.220.864/0001-20

Objeto: Prorrogação do Contrato em relação a sua Vigência, mutações de Dotação Orçamentária

Unidade Orçamentária: 17706/20.122.10.2153

Programa: 0160 - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado

Fonte: 001 do OGIL 2017

Plano de Despesa: 3390137 - Execução de Mão de Obra

Valor Mensal: R\$ 8.476,70 (oitocentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos)

Valor Global: R\$ 101.100,80 (cento e um mil setecentos e vinte e quatro reais e vinte e seis centavos)

Da Vigência: O presente Termo Aditivo terá vigência de 28/03/2018 a 29/03/2019.

Fundação: 01/04/2018

Fundamento: Artigo 3º, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Partes: Contratante: Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social/SEDRN

Contratado: Empresa Idéias Turismo LTDA-ME

Objetivo: Apoio à missões avulsas, em âmbito nacional e internacional, visando a atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de 30/03/2018 a 29/03/2019.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 112.500,00 (cento e doze mil, setecentos e cinquenta reais).

DOAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PARA O EXERCÍCIO 2018:

Projeto Atividades: 21101-06 F22 0100 2462 24650 - Manutenção e Funcionamento: no Elemento de Despesa 339033 - Passagens e Despesas com locação, Fonte 100, no valor de R\$ 18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais).

LOCAL E DATA: Natal/RN, 27 de março de 2018.

ASSINATURAS: p. Contratante: ULIBSES NASCIMENTO DE PAIVA, Secretário Adjunto da Segurança Pública, Contratado:

MARIA CRISTINA BRUNO, Diretora da Empresa Idéias Turismo LTDA-ME.

TESTEMUNHAS: Assinatura registrada